

Educação e Literacia Para os Media na Promoção da Cidadania

Lurdes Macedo

Universidade do Minho (aluna de Mestrado)

1) - Constituição do Quinto Poder – O Poder dos Cidadãos

Parece ser indiscutível que vivemos num tempo de globalização, sobretudo económica, o que permitiu a constituição de poderosíssimos grupos económicos à escala planetária. Deste modo, os grandes grupos dos media tornaram-se mais poderosos e influentes que nunca e passaram, essencialmente, a explorar interesses comerciais. Os media, que outrora protegeram as pessoas de abusos de poder, são hoje poderosas máquinas de «propaganda silenciosa», capazes de «manipular as massas» e de «fabricar espíritos» (Ramonet, 2000).

Ao mesmo tempo, os poderes económicos e financeiros privados em que se apoia o negócio dos media tornaram-se em «verdadeiros fazedores da ordem do dia», fixando quais os problemas a resolver e prioridades a realizar, tarefa que deveria caber aos poderes públicos e à sociedade civil (Petrella, 2002).

A reflexão e a discussão abertas pela rápida transformação do papel dos media na sociedade contemporânea permite que vários especialistas nesta matéria apresentem actualmente a proposta de constituição de um Quinto Poder – o Poder dos Cidadãos.

Um destes especialistas é Roger Silverstone, professor de Comunicação na *London School of Economics*, que apela ao advento do Quinto Poder, constituído por uma cidadania esclarecida capaz de regular o Quarto Poder (Muarrek, 2003).

A mesma ideia é apresentada por Ignacio Ramonet que considera que a constituição do Quinto Poder é uma nova arma para o século XXI, capaz de se opor ao super poder dos media globais e de promover o desenvolvimento de uma «ecologia da informação» (Seneviratne, 2003). Ramonet acredita que este será o século em que a comunicação e a informação passarão a estar na mão dos cidadãos.

O «poder dos cidadãos» não deverá ser confundido com o «poder do povo» ou o «poder da comunidade». Estes últimos parecem ser conceitos diferentes, na medida em que apelam a processos revolucionários e reformistas que substituem o poder de uma elite

pelo poder de uma outra, não satisfazendo a necessidade de capacitação dos cidadãos. Assim, este novo poder, o «Poder dos Cidadãos» deverá apelar a um processo de transformação, através da evolução do exercício de uma cidadania cada vez mais participativa e esclarecida, capaz de produzir melhorias na qualidade das democracias modernas (Becker, 2003).

Todavia, a cidadania necessária à constituição do Quinto Poder terá que passar necessariamente por três questões essenciais, sob pena de se criar um novo poder de elite, só para aqueles que estão esclarecidos e capacitados para uma efectiva participação, remetendo, deste modo, para novas formas de exclusão.

A primeira questão remete para a discussão sobre o conceito de cidadania e sobre o que é ser cidadão. Em segundo lugar, parece pertinente avaliar o estado do exercício da cidadania na sociedade contemporânea. Por fim, mas não menos importante, será necessário reflectir sobre estratégias de capacitação dos cidadãos para a participação, que configurem propostas concretas de intervenção educativa e/ou formativa.

2) - Conceitos de cidadania

A cidadania invadiu o discurso político e científico nos últimos anos, tendo encontrado múltiplas concepções, de acordo com diferentes disciplinas e diferentes correntes de pensamento. Trata-se pois de um conceito que está longe de ser universal e consensual.

Do ponto de vista histórico, a cidadania é um conceito que determina a pertença de um ser humano a uma dada sociedade. O cidadão romano, por exemplo, era aquele que pertencia ao império; os que não cumpriam este requisito eram “bárbaros”. Poder-se-á encontrar aqui uma das possíveis origens de comportamentos de exclusão e de rejeição do outro, ligadas à própria cidadania (Petrella, 2002).

Hoje, o conceito de cidadania não poderá ser compreendido de forma dissociada do conceito de socialização. Tedesco (1999), apresenta-nos como cidadão, o sujeito de uma socialização em contexto democrático, capaz de assumir responsabilidades, de optar autonomamente, de resolver conflitos sem recurso à violência e de reforçar e praticar actos de solidariedade.

Menezes & Campos (1996) concebem a cidadania *«(...) tanto ao nível da universalidade dos direitos fundamentais do indivíduo (...), como da legitimidade da*

sua intervenção política, em sentido lato, e da preservação de um espaço de afirmação da sua singularidade (...)». Para estes autores, ser cidadão significa «(...) *cada vez mais, a assumpção de direitos e de responsabilidades em esferas e contextos cada vez mais englobantes da existência, no contexto das oportunidades e constrangimentos das sociedades democráticas*».

Assim, o conceito de cidadania assume duas dimensões de carácter distinto mas complementar: a dimensão formal que se consubstancia num conjunto de direitos e deveres, e a dimensão social que assenta na identidade e nas práticas. Ser cidadão passa não só por «cumprir regras», mas sobretudo, por participar de forma activa, com vista a transformar os contextos sociais dentro da pluralidade.

3) - O exercício da cidadania na sociedade contemporânea

Alguns dos mais influentes pensadores contemporâneos tendem a olhar o exercício da cidadania com cepticismo e até, em alguns casos, com pessimismo. Falam-nos de uma crescente redução da participação, do advento do individualismo como lógica de sobrevivência, da perda de confiança nas instituições sociais e políticas e da generalização da indiferença em relação ao que se passa à nossa volta (Lipovetsky, 1983; Petrella, 2002). Expressões como «*surto da apatia de massa*», «*indiferença pós-moderna*» e «*deserção social*» (Lipovetsky, 1983) ou «*cidadania mutilada*» e «*individualismo exacerbado*» (Petrella, 2002), são-nos propostas para caracterizar o actual estado do exercício da cidadania. Estes autores fundamentam o seus pontos de vista com a demonstração de fenómenos como as elevadas taxas de abstenção em eleições (nomeadamente nos Estados Unidos e nos países da Europa Ocidental), a redução da participação em organizações sindicais, a dessensibilização operada pelos media, o reforço do poder e dos interesses dos «grupos de pressão», a agudização do fosso entre ricos e pobres e a extinção do sentido escatológico da existência humana.

A este cenário de défice de cidadania, parece também não ser alheia a indiferença e o afastamento da escola face à dinâmica das transformações sociais, mantendo-se esta «relativamente estática e imutável» (Tedesco, 1999). Não é por isso surpreendente que o prestígio e a autoridade do discurso pedagógico tenham desaparecido quase por completo (Lipovetsky, 1984).

Ao mesmo tempo, os novos agentes de socialização, nomeadamente os media, não foram concebidos com objectivos de formação moral e cultural dos cidadãos, pressupondo que esta é um dado adquirido (Tedesco, 1999).

Também os resultados de um estudo conduzido nos anos 90 do século passado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, com adolescentes portugueses, apontam para uma concepção «ingénua» do exercício da cidadania que se resume ao acto de votar num líder político, que poderá, após a sua eleição, exercer o poder de forma absoluta, sem qualquer mecanismo de regulação por parte dos cidadãos (Menezes & Campos, 1996). Estas conclusões reforçam a afirmação de Walzer (1995): *«a cidadania é hoje o mais passivo dos papéis: os cidadãos são espectadores que votam»*.

Perante a descrição deste cenário de individualismo e conformismo parece urgente perguntar: Como promover o exercício de uma cidadania esclarecida e participativa?

4) - Promoção da cidadania – o desafio educativo para o século XXI

O debate sobre o que deve constituir a educação do futuro é amplo e ocupa numerosos especialistas em todo o mundo.

As propostas apresentadas a este nível, longe de apontarem um caminho comum, parecem, no entanto, apresentar algum consenso no que diz respeito à necessidade de a educação se constituir como promotora de competências de cidadania.

Assim, e com vista à capacitação de todos os cidadãos, é importante não restringir a promoção da cidadania à formação escolar dos jovens, os cidadãos do futuro, mas também alargá-la a contextos de requalificação dos cidadãos do presente, como as empresas e os centros de formação.

Mas, se o objectivo último da promoção da cidadania é *«(...) a capacitação (...) para agir autónoma e responsavelmente no contexto das oportunidades e dos constrangimentos das sociedades democráticas.»* (Menezes & Campos, 1996), objectivo este sem dúvida ambicioso face ao estado de «indiferença» que caracteriza a sociedade contemporânea, será necessário atender ainda a outras dificuldades que se colocam à educação e à formação para a cidadania. Estas passam, sobretudo, pela persistência de uma concepção de educação como espaço e tempo exclusivo de

transmissão de conhecimentos, pela consequente ênfase estritamente cognitiva das aquisições e avaliações, e pela necessidade de formação de educadores nesta matéria (Menezes & Campos, 1996). O facto de a educação se inscrever numa lógica de «currículos estreitos» que constroem a diversidade e a criatividade (Azevedo, 1996) constitui, por outro lado, uma dificuldade adicional à educação para a cidadania.

5) - Intervenção educativa para a promoção da cidadania

Como responder ao desafio educativo que constitui a promoção da cidadania? Como proceder à capacitação dos cidadãos?

Analisem-se desde já, quais os requisitos a que deve obedecer uma proposta concreta de intervenção educativa que vise a promoção da cidadania. Em primeiro lugar, será necessário definir quais os conteúdos da intervenção. A este nível, temos um vasto leque de propostas provenientes de diversos sectores da sociedade e apoiadas por diferentes especialistas como a educação para a saúde, a educação ambiental ou a educação para as tecnologias da informação e da comunicação.

Recorde-se, entretanto, a finalidade da constituição do Quinto Poder, o Poder dos Cidadãos: regular o Quarto Poder, transformando a lógica dos media num serviço em prol dos interesses de uma sociedade democrática e pluralista.

No sentido da capacitação dos cidadãos para o exercício efectivo do Quinto Poder, parece ser urgente integrar, sem querer reduzir a importância de outros conteúdos, uma educação para os media que vise a literacia para os sistemas mediáticos, como parte integrante da educação para a cidadania (Silverstone *in* Muarrek, 2003)

Falta, porém, analisar outro requisito fundamental à configuração de propostas concretas de intervenção educativa e formativa para a cidadania: as estratégias pedagógicas.

A educação tem vindo a privilegiar, por tradição, estratégias informativo-instrutivas, de inspiração comportamentalista e cognitivista, cuja ênfase é colocada no «ensinar» e «informar», apelando deste modo à transmissão de conteúdos e de formas supostamente adequadas de conhecer e exercer a cidadania (Menezes & Campos, 1996). Estas estratégias poderão constituir, quando mal utilizadas, propostas fundamentalistas e integralistas, nas quais as ideias não são discutidas, apenas impostas, e que geralmente recorrem à apresentação de um «modelo único de pessoa» (Tedesco, 1999).

As estratégias de exploração reconstrutiva, inspiradas no modelo humanista, propõem-se como uma alternativa às tradicionais estratégias informativo-instrutivas, enfatizando o «desenvolver» e a multidimensionalidade do exercício da cidadania. Estas estratégias apelam à (re)construção activa dos significados pessoais e sociais da cidadania, à autonomia do sujeito no processo de construção de si próprio e à redefinição contínua da relação do sujeito com o mundo (Menezes & Campos, 1996). Esta abordagem adequa-se à articulação entre racionalidade instrumental e subjectividade e à articulação entre a lógica do sistema e as exigências do desenvolvimento da personalidade do sujeito, que constituem, segundo Tedesco (1999), o caminho para a formação de cidadãos numa perspectiva democrática.

Deste modo, as estratégias de exploração reconstrutiva deverão ser operacionalizadas através da apresentação e discussão de uma diversidade de quadros de referência, do estímulo ao pensamento crítico capaz de analisar todos os aspectos de uma situação, da capacitação dos sujeitos para chegarem «à sua própria conclusão» e da promoção da discussão e da comparação de diferentes conclusões, estimulando deste modo a criação de vínculos entre pessoas diferentes (Feuerstein, 1999; Tedesco, 1999).

A formação de cidadãos decide-se assim, não só na aquisição de conhecimentos e competências, mas sobretudo no desenvolvimento de opiniões, de afectos e de emoções. Azevedo (1994) propõe a criação de «currículos espaçosos» num sistema educativo que reconstrua radicalmente o tempo escolar e a organização das actividades pedagógicas e que estabeleça parcerias com outras instituições sociais e mediáticas. Não estaremos porém, no dizer do próprio autor, perante uma «missão impossível»?

Importa então questionar: se a educação para os media se constitui como conteúdo fundamental para a promoção de uma cidadania esclarecida e participativa essencial ao Quinto Poder, como promover uma efectiva educação para os media com vista à literacia mediática?

6) - Contributo da educação para os media na promoção da cidadania

Estudos realizados, em 1999, sobre as actividades de lazer e as formas de ocupação dos tempos livres privilegiadas pelos portugueses, revelam que 67,6% dos inquiridos tem o hábito de ver televisão, 33% de ler livros, 19,8% de ler jornais e revistas e 16,8% de

ouvir música, referindo apenas os resultados mais expressivos. O instrumento de recolha de informação permitia a resposta múltipla e, por essa razão, o somatório das percentagens perfaz um valor superior a 100%. Apesar de a percentagem de portugueses que têm o hábito de ler ser claramente inferior à média de outros países da Europa Ocidental, poder-se-á concluir que os media dominam o lazer dos portugueses dentro de casa (Sá & Reto, 2002).

Tal como nos adultos, o consumo de televisão entre os mais novos revela-se também elevado, como documentam diversos estudos realizados em Portugal e noutros países. Este consumo insere-se nas rotinas diárias das crianças, sendo «naturalizado» ao ponto de nem ser referido entre a enumeração das suas actividades do quotidiano (Pinto, 2000).

O papel central que os media assumem hoje no dia-a-dia dos indivíduos e o expressivo consumo mediático, especialmente por grupos socialmente vulneráveis, bem como a aquisição de competências de leitura de produtos mediáticos e a capacidade de questionar as suas estratégias, essenciais à cidadania constitutiva do Quinto Poder, remetem para a necessidade da inclusão da educação para os media em qualquer projecto de promoção da cidadania.

A Academia Americana de Pediatria, por exemplo, considera urgente a educação para a literacia mediática. A constatação de que os media exercem uma forte influência nos hábitos de saúde de crianças e jovens, através da apresentação repetitiva de imagens nas quais são recorrentes o consumo de álcool, tabaco e drogas, o uso da agressão e da violência e os comportamentos alimentares associados à má nutrição e à obesidade, leva a que esta organização considere que a educação para os media e a consequente literacia mediática possam constituir um antídoto para o aumento de problemas de saúde entre os mais novos (Van Horn, 2002).

Os efeitos positivos de programas de educação para os media na aquisição de competências de literacia mediática assentes em pensamento crítico, foram comprovados por um estudo conduzido por Feuerstein (1999) em Israel junto a uma amostra de 273 crianças entre os 10 e os 12 anos.

Dos sujeitos que constituíram o grupo experimental (submetidos a um programa EPM), aqueles que foram considerados, pelos seus professores, alunos fracos ou medianos fizeram maiores progressos do que os considerados bons alunos. Finalmente, os sujeitos

do grupo experimental de nível sócio-económico mais baixo registaram maiores progressos que os sujeitos provenientes dos níveis mais favorecidos.

Deste modo, para além de podermos aferir a importância da educação para os media na promoção de competências de pensamento crítico na análise de produtos mediáticos, poderemos também ser levados a crer que os seus efeitos se fazem sentir sobretudo naqueles cuja probabilidade de virem a pertencer a grupos socialmente mais vulneráveis (maus alunos e alunos mais pobres) é maior.

7) - Para uma efectiva educação para os media

Não há dúvida que na sociedade contemporânea, os mais novos nascem e crescem num quadro de referências marcado por um «ecossistema comunicacional e informativo» caracterizado pelo acesso a um elevado número de dispositivos mediáticos (Pinto, 1999).

Deste modo, *«o painel gigantesco que temos à nossa frente tem a escala do planeta, é global, brilhante, aparentemente transparente, mas apresenta-se com uma opacidade desmobilizadora»* (Azevedo, 1994).

A compreensão desta realidade, porém, não deverá obedecer apenas à lógica de um discurso dominante que reduz os consumidores dos media ao papel de vítimas perante os dispositivos do Quarto Poder. Esta leitura resultaria, muito provavelmente, num contributo parcial e redutor para o debate sobre o que deve ser a educação para os media.

Então, para além de procurar compreender o que os media fazem às pessoas, vale a pena procurar compreender o que as pessoas fazem com os media (Pinto, 1999) e, sobretudo, o que é que as pessoas podem aprender a fazer com eles.

Se o resultado que se procura com a educação para os media é a literacia mediática e se esta é, por sua vez, essencial ao exercício de uma cidadania constitutiva do Quinto Poder, interessa compreender as virtudes decorrentes da relação entre as pessoas e os media de modo a maximizá-las, quer através dos processos que lhe são inerentes, quer através dos resultados que esta relação produz.

Análise-se o caso específico da Finlândia: com recurso à investigação, à análise e à avaliação da produção mediática, os alunos são encorajados a desenvolver opiniões próprias, independentes das mensagens transmitidas pelos media. Adicionalmente, são promovidos momentos educativos de carácter prático, nos quais os alunos produzem, editam, distribuem ou difundem jornais, programas de rádio e programas de televisão por cabo. Discutem ainda questões como a política para a comunicação social, o controlo dos media ou o negócio da indústria mediática. (Lederer, 1988). Trata-se sem dúvida, de um programa que privilegia estratégias de exploração reconstrutiva, com ênfase no desenvolvimento autónomo de opiniões próprias, recusando deste modo a ideia de um «modelo único de pessoa». A abordagem multidimensional inspiradora deste programa, parece favorecer uma educação para os media integradora de vários pontos de vista, desejável numa sociedade que se quer democrática e pluralista.

A forma como na Finlândia está a ser tratada a educação para os media, é um exemplo de como, sem abandonar tradições com reconhecidos efeitos pedagógicos (como é caso da imprensa escolar), se podem conceber programas inovadores potencialmente capazes de produzir resultados ao nível da literacia mediática. Este é um exemplo, inclusivé, de abordagens que incluem o «que as pessoas podem aprender a fazer com os media».

Atendendo à necessidade de uma efectiva educação para os media, capaz de formar cidadãos literados para os sistemas mediáticos que, por sua vez, constituam o Quinto Poder – o Poder dos Cidadãos, é desejável (e até mesmo urgente) que se configurem oportunidades para a sua inserção nos currículos, bem como que se concebam programas inovadores ajustados ao desenvolvimento destas competências de cidadania.

Bibliografia

ALVERMANN, Donna E. & HAGOOD, Margaret C. (2000), *Critical Media Literacy: Research, theory and practice in 'New Times'*, (s/l): Journal of Educational Research (Vol. 93 - N.º3)

AZEVEDO, Joaquim (1994), *Avenidas de liberdade – Reflexões sobre política educativa*, Porto: Asa

BECKER, Ted (s/d), *Citizen Power and the Transformation of Modern Democracy*, Online: <http://frontpage.auburn.edu>

UNESCO, Declaração da UNESCO sobre a educação para os Media, Grunwald, 1982

FEUERSTEIN, Mira (1999), *Media literacy in support of critical thinking*, s/l: Journal of Educational Media

LEDERER, Laura (1988), *Media Education Around the World: What are other countries doing?*, (s/l), Online: Center for Media Literacy <http://www.medialit.org>

LIPOVETSKY, Gilles (1983), *A Era do Vazio*, Lisboa: Relógio d' Água

MARQUES, Rui (1997), *Os desafios da sociedade de informação* in Na sociedade da informação – O que aprender na escola? (pp. 11-32) , Porto: Asa

MENEZES, Isabel & **CAMPOS**, Bártolo P. (1996), *Educação, Desenvolvimento Psicológico e Promoção da Cidadania*, in A Ciência Psicológica nos Sistemas de Formação (pp. 91-97), Algarve: SPCE

MORIN, Edgar (1999), *Os sete saberes para a educação do futuro*, Lisboa: Instituto Piaget

MUARREK, Ubiratan (2003), *Inventar o quinto poder* (entrevista realizada a Roger Silverstone), Online: <http://cartacapital.terra.com.br>

PETRELLA, Riccardo (2002), *O Bem comum – O elogio da Solidariedade*, Porto: Campo das Letras

PINTO, Manuel (1999), *Os Filhos dos Media e os conflitos com a escola* in As pessoas que moram nos alunos – Ser jovem, hoje, na escola portuguesa (pp. 11-33), Porto: Asa

PINTO, Manuel (2000), *A televisão no quotidiano das crianças*, Porto: Afrontamento

PUNGENTE, John (1999), *Canada's Key Concepts of Media Literacy*, (s/l): Online Center for Media Literacy <http://www.medialit.org>

RAMONET, Ignacio (2000), *Propagandas silenciosas – Massas, televisão, cinema*, Porto: Campo das Letras

SÁ, Jorge & **RETO**, L. (2002), *Vox Populi – O estado da opinião em Portugal*, Lisboa: Bertrand

SENEVIRATNE, Kalinga (s/d), *Global Media “ It's Time to Create a Fifth Power”*, (s/l) Online Version of Terra Viva – World Social Forum <http://www.ipsnews.net>

TEDESCO, Juan Carlos (1999), *Modelo escolar em transformação e formação da personalidade* in As pessoas que moram nos alunos – Ser jovem, hoje, na escola portuguesa (pp. 35-47), Porto: Asa

VAN HORN, Royal (2002), *Sex, potato Chips, and media literacy* in Phi Delta Kappan, Vol. 84 , N.º 1, (s/l): Online <http://web20.epnet.com>

VICO, Eva Aladro (s/d), *La recepción de la noticia*, Online: <http://www.ucm.es>

WALZER, M. (1995), *The civil society argument* in R.Beiner (Ed.), *Theorizing citizenship* (pp.152 – 174). Albany: State University of New York Press.

WILLIAMS, Bronwyn T. (2003), *What they see is what we get: Television and middle school writers* in Journal of Adolescent & Adult Literacy (Vol. 46 – N.º 7, pp. 546 - 555)